

A coerência da política econômica do governo

Nada temos contra a polêmica desencadeada em torno do programa de medidas econômicas, agora já aprovado pelo Congresso. Na verdade, as críticas evidenciam que o País atravessa um momento extremamente fecundo, gerado pela liberdade de cada um expressar seu ponto de vista ou seu legítimo interesse. Pensamos, todavia, que os 101 artigos da lei de reforma fiscal, os dezenove decretos e os três anteprojetos merecem uma avaliação global.

Reconhecemos que alguns aspectos poderiam ter recebido formulação diferente. Mas também é necessário compreender que os fatos sociais constituem fenômenos incapazes de ser objeto de um único juízo. Vale dizer, se outras fossem as propostas, diferentes seriam as críticas.

Feita esta ressalva, podemos agora demonstrar que, em sua essência, o programa fiscal já tinha sido anteriormente apreciado pelo País. O consenso que levou às ruas homens de todas as crenças, de todos os partidos políticos, de

todas as posses, no memorável movimento liderado pelo presidente Tancredo Neves, consistia, basicamente, em dois pressupostos: a preferência pelo sistema democrático de governo e a opção pelo crescimento econômico como meio de promover a justiça social. Não pode ser outro o sentido da recusa em aceitar os programas recessivos do FMI.

O empresariado mais moderno já havia tomado posição sobre o desdobramento dessas questões em junho de 1978, em documento tornado público em São Paulo. Nele eram evidenciadas as vantagens do regime democrático, pela capacidade de explicitar interesses e opiniões e manter a flexibilidade suficiente para absorver tensões. O ministro Dilson Funaro — ele mesmo um empresário moderno e dinâmico — não fugiu um instante sequer dessa maneira de proceder. Deve ser observado que o programa de mudanças econômicas foi aprovado democraticamente pelo Congresso, sendo que a Câmara nele inseriu treze

emendas. O ministro apenas reconheceu que "o debate foi importante no Congresso, pois melhorou o projeto". Visto que há muito tempo fato semelhante não ocorre no País, só é possível concluir que o sistema democrático saiu fortalecido nesse episódio.

Todavia, a escolha manifestada em praça pública não dizia respeito à democracia apenas retórica. Referia-se a um sistema escolhido por ser mais apropriado para promover o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas. Por conseguinte, a opção feita pelo povo trazia embutida a exigência de uma série de modificações que implicariam um novo perfil da economia brasileira. Esses temas foram abordados no documento de 1978 e voltaram a ser tratados em 1983 pelo empresariado. Neles se defendia a tese de que os gastos sociais podem servir para a recuperação plena da economia, iniciando um novo período de expansão, posto que o mercado de consumo alarga-se com o crescimento dos salários.

Foi nesse mesmo sentido que se orientou a atual política econômica, que agora retoma outros dois tópicos desenvolvidos há sete anos. Primeiro, o intuito de tornar mais equânime o Imposto de Renda das pessoas físicas, taxando progressivamente as rendas de capital, como o que agora foi concretizado, que assegura aos assalariados que percebem até quarenta salários mínimos um expressivo aumento de seus ganhos líquidos. Segundo, a idéia de que a dívida pública é instrumento válido de captação de recursos, desde que seja manejada com critérios apropriados, diferenciando-se as taxas de juros em benefício dos títulos públicos de prazo mais longo. Também esta parte foi agora levada a efeito.

Pode-se, portanto, concluir que o programa aprovado forma um todo coerente com outros procedimentos já adotados pelo governo do presidente José Sarney. E tem a característica especial de atender às expectativas do País.